

Juventude em situação de vulnerabilidade social na cidade de Santo Ângelo, relações e concepções dos jovens acerca do meio urbano

Juventud en situación de vulnerabilidad social en la ciudad de Santo Ângelo, las relaciones y las concepciones de los jóvenes sobre el medio urbano

Youth in social vulnerability in Santo Angelo city, relationships and views of young people about the urban environment

Paula Cristiele Steinhaus¹

Dra. Andrea Fricke Duarte²

Resumo

Este trabalho foi elaborado a partir do projeto de pesquisa “Juventude em situação de vulnerabilidade social na cidade de Santo Ângelo, relações e concepções dos jovens acerca do meio urbano” que teve por objetivo proporcionar, através de grupo com os jovens, um espaço para discussão a respeito do meio urbano e acesso à cidade; Dar visibilidade aos jovens santoangelenses que vivem em situação de vulnerabilidade social; Conhecer as expectativas e projeções de futuro dos mesmos e incentivar a participação política nos meios em que estavam inseridos. O grupo ocorreu numa escola de ensino fundamental e a pesquisa seguiu na linha teórica da esquizoanálise valendo-se da cartografia como método. Considerando que o tema mais presente nas discussões foi a violência em diferentes contextos, destacamos a importância de ações que articulem poder público, instituições de ensino e sociedade civil, visando a redução das desigualdades sociais, já que esse é um fator diretamente relacionado ao fenômeno da violência e a outros fatores negativos.

Palavras-Chave: Juventude, vulnerabilidade, violência, esquizoanálise, cartografia.

Resumen

Este trabajo fue elaborado a partir del proyecto de investigación “Juventud en situación de vulnerabilidad social en la ciudad de Santo Ângelo, las relaciones y las concepciones de los jóvenes sobre el medio urbano” que tenía como objetivo proporcionar, a través del grupo con los jóvenes, un espacio para la discusión sobre el medio urbano y el acceso a la ciudad; dar visibilidad a los jóvenes santoangelenses que viven en situación de vulnerabilidad social; Conocer las expectativas y proyecciones futuras de los mismos y fomentar la participación política en los medios en los que se insertan. El grupo sucedió en una escuela primaria y la investigación siguió la línea teórica del esquizo usando el método cartográfico. Considerando que el tema más evidenciado en las discusiones fue la violencia en diferentes contextos, destacamos la importancia de las acciones que articulan

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai das Missões – URI; Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil. paula.steinhaus@hotmail.com

² Doutora em Psicologia Social e Institucional; Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai das Missões – URI; Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil. deafridu@hotmail.com

gobierno, instituciones educativas e la sociedad, buscando reducir las desigualdades sociales, ya que este es un factor directamente relacionado con el fenómeno de la violencia y otros factores negativos.

Palabras Claves: Juventud, vulnerabilidad, violencia, esquizo, cartografia.

Abstract

This work has been done from the research project "Youth in social vulnerability in Santo Angelo – RS city, relationships and views of young people about the urban environment" that aimed to provide, through a youngsters group, a space for discussion about the urban environment and access to the city; Provide visibility to young santoangelenses living in social vulnerability; Knowing the future expectations and projections thereof and encourage political participation in in the environment which they have been in. The group was in an elementary school and the research followed the theoretical line of schizoanalysis taking advantage of cartography as a method. Considering that violence was one the most present subject in the discussions in different contexts, we highlight the importance of actions that articulate the state, educational institutions and civil society aiming to reduce social inequalities, since this is a factor directly related to the violence phenomenon and other negative factors.

Palabras Claves: Youth, vulnerability, violence, schizoanalysis, cartography.

1. Introdução

O trabalho aqui apresentado é referente à pesquisa de conclusão de curso realizada de março a junho de 2016 com jovens em situação de vulnerabilidade social da cidade de Santo Ângelo – RS, que teve como objetivos proporcionar espaço para discussão a respeito do meio urbano e acesso à cidade, dar visibilidade aos jovens santoangelenses que vivem nessa situação, além de conhecer as expectativas e projeções de futuro dos mesmos e incentivar a participação política nos meios em que estavam inseridos. Entendemos aqui a vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade (ABRAMOVAY, 2002, p.13).

O interesse pelo tema surgiu a partir de uma conferência promovida pela assistência social do município no ano de 2015, onde foram apresentados dados elevados de populações em situação de vulnerabilidade social, chamando atenção o caso da juventude. Em consulta ao último censo realizado pelo IBGE em 2010, podemos verificar que em Santo Ângelo 26,50% da população entre 15 e 24 anos não estuda, não trabalha e vive em situação de vulnerabilidade social, correspondendo a mais de três mil jovens nessas condições, o que confirma a informação prestada na conferência citada. Além desse alto índice, também chama atenção a pouca visibilidade dada ao tema em nível municipal, especialmente pelos veículos de comunicação, e é considerando esses fatores que elaboramos os objetivos da pesquisa e justificamos a relevância desse trabalho.

A proposta inicial era realizar o grupo com os jovens numa das comunidades mais carentes do município, conhecida pela incidência tanto do uso, quanto do tráfico de drogas

que atinge especialmente a juventude³. Para isso, fizemos contato com o presidente do bairro que disponibilizou o núcleo da comunidade para os encontros, porém, para que esse grupo pudesse se concretizar no bairro era preciso um número mínimo de jovens, o que não aconteceu e, em virtude do pouco tempo que tínhamos para a pesquisa, os encontros passaram a ser realizados numa escola de ensino fundamental que contempla jovens daquela comunidade e dos arredores. Esse processo de transição do campo de pesquisa será adiante explicado trazendo observações dos dois cenários.

2. Metodologia

Considerando que a intenção da pesquisa era conhecer a realidade dos jovens em situação de vulnerabilidade social na cidade de Santo Ângelo e, através da experiência, dar andamento ao projeto, o método adotado foi a cartografia, que pode ser entendida como um acompanhamento dos fenômenos sociais que exige do pesquisador praticar, ir a campo, seguir processos, experimentar dispositivos, habitar territórios (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2014, p.203), enfim, implicar-se nos processos de subjetivação do campo no qual está inserido. Por conta da metodologia adotada a “mudança de planos” ocorrida quando saímos da comunidade e passamos a realizar o grupo na escola não foi um problema, pois a atividade de pesquisa cartográfica requer uma constante reformulação e análise do caminho investigativo, sendo isso o que viabiliza seu próprio desenvolvimento, onde a transformação torna-se instrumento de produção de conhecimento (BARROS; SILVA, 2014, p.134). Dentro dessa perspectiva, para viabilizar os objetivos anteriormente citados, o dispositivo escolhido foi o grupo com jovens, entendendo que a noção de dispositivo aponta para algo que faz funcionar, que aciona processos, que produz novos acontecimentos e acentua a polivocidade dos componentes de subjetivação (DUARTE; BARROS, 1994, p.151). Assim, o grupo foi visto como um meio de pesquisar, não como um fim da pesquisa. Os encontros na escola aconteciam nas terças-feiras de manhã, já que nesse dia os alunos não tinham o último período e eram liberados às 11h00min, horário em que começávamos. Vale ressaltar que a participação era voluntária e o grupo (aberto) contou com uma média de doze estudantes.

3. O processo da pesquisa

Como já dito, a proposta inicial do projeto era realizar um grupo-dispositivo com jovens em situação de vulnerabilidade social num bairro carente da cidade. Para isso, entrei em

³ Informação prestada pela (ex) secretária de assistência social e brigada militar.

contato com o presidente do bairro buscando uma parceira e fui conhecer os cenários que compõem aquele território. Tive como guia uma jovem de 18 anos, moradora do local desde que nasceu e, durante as visitas, pude observar que há grande quantidade de crianças na faixa dos seis anos de idade andando, brincando e correndo sozinhas nas ruas. Também adolescentes e pré-adolescentes ocupam a rua para o lazer, andando de skate e ouvindo música, dividindo espaço com carros e outros veículos que circulam por lá.

Essa inserção no campo da pesquisa me permitiu conhecer algumas histórias da comunidade, como o caso de uma moradora do bairro que foi presa por promover festas na casa dela para adolescentes e pré-adolescentes. Nessas festas ela oferecia drogas, bebidas alcoólicas e influenciava-os às práticas sexuais, situação que além de um problema social, é uma questão de saúde pública, pois, segundo levantamentos epidemiológicos sobre o consumo de álcool e outras drogas entre os jovens no mundo e no Brasil, é na passagem da infância para a adolescência que se inicia o uso de drogas (MARQUES; CRUZ, 2000, p. 32). Além disso, estudos sobre o início da vida sexual e o uso de contraceptivos e preservativos têm indicado que adolescentes e jovens tendem a não usá-los quando iniciam a vida sexual muito cedo e quando definem a relação em que ocorreu sua iniciação sexual como casual (PAIVA; et al, 2008, p. 46).

Quando avaliamos o cenário em que esses jovens se encontram, percebemos que ele é o oposto do que prega o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz ser

dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar aos jovens a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (DIGIÁCOMO, 2013, p. 5).

Uma estratégia para enfrentar esse problema seria promover ações na comunidade em parceria com o presidente do bairro, com organizações sociais, governamentais ou não governamentais, com o intuito de proporcionar à comunidade – especialmente aos jovens – espaços de lazer, aprendizagem, educação em saúde, procurando desenvolver a autonomia dos sujeitos, o vínculo comunitário e o senso de responsabilidade cidadã. Porém, é importante observar dentro disso, como alerta Gohn (2004), a forma como essas ações serão promovidas e conduzidas, para que não assumam um caráter assistencialista e, dessa forma, pouco efetivo.

Um instrumento que pode servir para orientar essas ações é a Política Nacional da Juventude (PNJ) que traça um panorama dos jovens brasileiros falando sobre sua representação na contemporaneidade, assinalando caminhos para a elaboração de políticas

públicas que atendam a esse grupo e deem visibilidade às “juventudes”, que por serem plurais, paradoxalmente, são singulares e merecem ser atendidas dentro dessa condição de diversidade. Para apontar esses caminhos, a PNJ coloca em pauta temas como o desenvolvimento integral desse público, englobando nessa discussão a educação, o trabalho, a cultura e as tecnologias de informação; a qualidade de vida considerando como condicionantes o meio ambiente, a saúde, o esporte e o lazer; e ainda, vida segura que garanta valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos, mostrando a importância da participação social e estatal para garantia desses direitos.

Buscando essa garantia, criou-se em 2013 o Estatuto da Juventude (produto de muitas lutas sociais), que versa sobre os direitos dos jovens e torna a realização de políticas especialmente dirigidas às pessoas entre 15 e 29 anos uma obrigação do Estado (BRASIL, 2013). O estatuto convoca também a sociedade a firmar um compromisso com a juventude entendendo que ela, de modo geral, deve ser colaboradora na garantia dos direitos dos jovens, pois é cenário de atuação e produção dos mesmos. Vale lembrar que o reconhecimento dos direitos dos jovens deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de promoção de sua autonomia e garantia de uma vida social plena (BRASIL, 2006).

Foi considerando essa perspectiva de autonomia e valorização das identidades que organizamos nossa proposta para o grupo no bairro. A intenção era formar um grupo com os jovens para discutir o espaço da juventude na cidade e incentivá-los à participação política nos meios em que estavam inseridos. Porém, não conseguimos estabelecer esse grupo na comunidade e foi preciso mudar o plano de ação, então, o grupo foi iniciado em uma escola pública da região que atende tanto alunos daquela comunidade quanto de bairros próximos. A proposta de discussão foi mantida, mas foi a temática da violência, tanto na escola quanto no meio social, que ganhou destaque na fala dos jovens, ficando a discussão da ‘inserção da juventude na cidade’ em segundo plano.

O relatório realizado pela UNESCO em 2002 explica esse fato ao situar que

A combinação dos fatores de desigualdade tem sido responsável por deixar os jovens à *margem da participação democrática* que colabore na construção de identidades sensíveis à diversidade cultural e à solidariedade por compromissos de cidadania (...). Em decorrência disso, muitos ficam relegados às influências que nascem de sua interação cotidiana nas ruas, com outros que partilham das mesmas carências, quando não são atraídos pelo mundo do crime e das drogas, inclusive por seus símbolos e práticas autoritárias de imposição de poder, ou de protagonismo negativo. (ABRAMOVAY, 2002, p. 56).

Como já referenciado, a violência na escola foi um fenômeno muito presente nas falas e na vivência do grupo e parece ter relação com esse “protagonismo negativo”, pois, em todos os encontros com o grupo houve uma briga marcada para o fim da aula que movimentava os estudantes da instituição. As brigas ocorriam na frente da escola e eram quase um “espetáculo”, começando de forma teatral e terminando com a chegada da polícia. Porém, segundo o relato dos jovens, já houve confrontos graves entre os alunos, onde um “*quase matou o outro, se não tivessem separado, ele ia matar de tanto bater*” (K., 9º ano).

A violência policial era também muito presente nos relatos do grupo e as intervenções abusivas da polícia pareciam ser uma realidade habitual no cotidiano dos jovens. Para ilustrar, temos os relatos de S. e J., ambas do 7º ano. A primeira contou que “*uma vez a polícia chegou na sala e revistou a mochila de todo mundo, estavam procurando drogas, não acharam nada, acho que foi uma denúncia*”; a segunda disse que “*um dia tava na frente da escola esperando o ônibus e tava conversando com uns meninos mais velhos, nisso a polícia chegou e revistou todo mundo, só não revistaram as meninas porque não tinha uma policial mulher, senão tinham revistado também*”. Em todos os momentos os alunos reconheciam que as práticas policiais eram abusivas, mas pareciam estar familiarizados com aquilo. Há ainda o relato de A., 12 anos, ao falar sobre a irmã que “*estava no centro à noite com o filho no colo e a polícia queria tirar o filho dela, levar pro abrigo e por ela no lar da menina. Ela brigou com eles, disse que ‘ninguém ia tirar o filho dela’ e quase apanhou de uma policial*”. Dentro desses exemplos, temos o estudo de Costa (2004), que aponta para a conduta pouco preparada da polícia militar, denunciando que as práticas de controle social são baseadas numa cultura autoritária de uso ilegítimo da força, e que essa forma de ação atenta contra os direitos humanos. Além desses temas, a violência contra mulher, o uso de drogas, a falta de recursos na escola, a ausência de locais públicos de lazer, a dificuldade nos serviços de saúde e as condições precárias em que vivem as comunidades carentes também foram pautas das discussões.

3. Conclusões

A partir das observações feitas durante as visitas ao bairro e dentro de tudo que discutimos na escola, ficou destacada importância de se trabalhar com a prevenção à violência, prevenção ao uso de drogas, o fortalecimento dos vínculos comunitários e identidade local, além da necessidade urgente de se pensar em políticas públicas e ações efetivas para redução das desigualdades sociais. Também destacamos aqui a importância de um trabalho de humanização das ações da brigada militar, buscando romper com o caráter

autoritário e abusivo, deixando como alternativas o incentivo a participação da comunidade na elaboração e concretização de políticas públicas, destacando a relevância do meio acadêmico para dar início a esse processo de transformação social. Vale dizer que a pesquisa foi, durante o seu percurso, uma construção de espaço para discussão que buscava ouvir-conhecer a realidade dos jovens em situação de vulnerabilidade social buscando dar visibilidade para essa população. A partir dos encontros muitas questões que relatam um quadro social pouco conhecido no município foram trazidas pelos jovens e, considerando a intenção de dar visibilidade para essas vivências, podemos destacar duas ações importantes que vieram a partir da pesquisa. A primeira foi a produção de um documentário dos encontros do grupo, o qual pretendemos inscrever no evento de cinema independente que acontece todos os anos na cidade visando mostrar essa realidade ignorada tanto pelo poder público quanto por uma parcela da sociedade civil. A segunda, foi que a pesquisa inspirou a elaboração de um projeto de extensão na universidade. Esse projeto está em curso e procura escutar comunidades excluídas, promover espaços de troca de saberes e experiência entre a universidade e a comunidade, construir ações conjuntas a partir das demandas e proposições da própria comunidade, resgatar a história local, assim como, estudar os efeitos de se estar em situação de vulnerabilidade social, o que dá continuidade ao processo iniciado pela pesquisa e cumpre com um dever ético de compromisso social.

Referências

ABRAMOVAY, M. et. al. Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002. p. 56.

BARROS, M.; SILVA, F., O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S (Org.) Pistas do método da cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 128 – 152.

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude et al (Org.) Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>. Acesso em: 12 de junho 2016.

Guia de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://secretariadegoverno.gov.br/arquivos/guiajuventude.pdf>. Acesso em 12 de junho 2016.

DIGIÁCOMO, M. J. 1969. Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013, p. 05.

DUARTE, R.; BARROS, B. Grupo e produção. Saúde e loucura: grupos coletivos. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 151.

GOHN, M. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade. v.13, n.2, p.20-31. mai/ago, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas do desenvolvimento humano. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

MARQUES, A. C. R.; CRUZ, M. O adolescente e o uso de drogas O adolescente e o uso de drogas. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 22, p. 32, 2000.

PAIVA, V et al. Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, p. 42, 2008.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Sobre a formação do cartógrafo e o problema das políticas cognitivas. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 203.